

# Utopias e Distopias da Ciência Política

Karoline Coelho de Andrade e Souza  
(Organizadora)



Karoline Coelho de Andrade e Souza  
(Organizadora)

# Utopias e Distopias da Ciência Política

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Rafael Sandrini Filho  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
U91	Utopias e distopias da Ciência Política [recurso eletrônico] / Organizadora Karoline Coelho de Andrade e Souza. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-627-0 DOI 10.22533/at.ed.270191609  1. Ciência política – Filosofia. 2. Ciência política – Pesquisa – Brasil. 3. Utopias. I. Souza, Karoline Coelho de Andrade e. <p style="text-align: right;">CDD 184</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br



## APRESENTAÇÃO

A Ciência Política é uma área de estudo com enorme relevância e impacto social vez que, dentre seus variados campos de estudo, encontramos a análise de políticas públicas, das instituições políticas, da atuação da Administração Pública, dentro outros. São campos diversos, mas que, em síntese, visam ao aprimoramento das instituições políticas de um país, seja em termos de desenvolvimento socioeconômico, de refinamento da democracia ou balanço das relações de poder dentro de um Estado.

Desta forma, a obra “Utopias e Distopias da Ciência Política” dedica-se, com acuidade, à análise de diversas políticas públicas importantes no Brasil atual, tais como aquelas voltadas para à efetivação do direito à cultura, ao desenvolvimento econômico ou atenuação de problemas sociais mais marcantes, como a violência doméstica e familiar. Além desse enfoque, a obra igualmente dedica-se a questões clássicas da Ciência Política, como atuação de partidos políticos, políticas partidárias, eleições e outros temas. Com esse enfoque, o livro pretende não só apresentar um diagnóstico amplo sobre as questões políticas atuais, mas apresentar, de forma crítica, os principais avanços e entraves no desenvolvimento da democracia brasileira, justificando o nome que leva.

Assim, o primeiro capítulo “Programa Nacional de Apoio a Cultura: um balanço” busca demonstrar os resultados do PRONAC como principal programa de apoio e fomento à cultura no país. Seguindo na mesma ótica, os capítulos “A Heterogeneidade da Política Cultural Contemporânea: as múltiplas formas de gestão dos equipamentos culturais públicos” e “Ações Culturais em Museus para Pessoas Privadas de Liberdade: projeto construindo” e trabalham com estudos específicos, um no Rio Grande do Sul com as Associações de Amigos, e o outro em Santa Catarina com o projeto *Construindo*, que realizam a promoção da cultura em campos diferentes, mas essenciais.

O quarto capítulo, intitulado “A Casa da Memória da Rede Fitovida: estratégias associativas de grupos comunitários de saúde em busca do registro de patrimônio Imaterial”, parte de uma ótica interdisciplinar e analisa um programa voltado para a saúde e preservação do patrimônio cultural de uma comunidade em Belford Roxo/RJ, a partir da preservação e do uso tradicional das plantas medicinais.

Por sua vez, os artigos “Programa de Aceleração de Crescimento”, “O Crédito Consignado para Aposentados e Pensionistas do INSS como Política Pública: uma análise do período de 2003 a 2008” e “Economia Solidária e Incentivo Legislativo à Geração de Trabalho a partir do Associativismo” trabalham com três políticas públicas focalizadas na área do desenvolvimento econômico. O oitavo artigo, intitulado “O Processo de Tomada de Decisão da Administração Superior da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) tendo como Referência os Relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA)” analisa como os relatórios da CPA, importante mecanismo de avaliação do ensino superior, é utilizado como instrumento para a própria UNIVASF como meio político de avaliação e melhora do ensino superior nesta instituição.

Em contraposição, os artigos “Atuação dos Agentes Comunitários de Saúde como Política Pública no Enfrentamento a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher”, “Mídia e Democracia: Relações de Poder na Narrativa Jornalística sobre o Trabalho Doméstico” e “Gênero Financiado: uma análise da distribuição de recursos financeiros e o desempenho eleitoral das mulheres nas eleições de 2014” possuem enfoque no gênero como preocupação principal, para analisar três objetos distintos. Enquanto no primeiro temos a importância dos agentes comunitários de saúde como funcionários de ponta no auxílio ao combate à violência de gênero em suas duas formas (violência doméstica e familiar), o segundo volta-se para importância do trabalho doméstico, a partir não só do recorte de gênero, mas igualmente de classe e raça/etnia e, o terceiro, analisa a distribuição de recursos nas campanhas eleitoras em razão do sexo e como esse fator impacta na representatividade feminina na política brasileira.

Ainda, inseridos dentro da análise clássica da Ciência Política, temos “O Senado em Duas Décadas: o background dos senadores eleitos entre 1994 e 2014” e “Políticas Partidárias de Confrontação na Esfera Virtual: análise dos perfis das lideranças do PT e do PSDB no Facebook” que se voltam para o processo legislativo. Enquanto o primeiro analisa o perfil dos senadores brasileiros eleitos entre 1994 e 2014, a partir das suas áreas profissionais de origem, o segundo volta-se para análise das publicações de dois dos mais importantes partidos políticos brasileiros em uma rede social, durante outubro de 2015. Por fim, o artigo “Possessões Demoníacas em Michel de Certeau: elaborações imaginárias do maligno no confronto com a alteridade”, analisa a correlação entre psicanálise e mística nos trabalhos de Certeau a partir do estudo de casos de possessões demoníacas, tidos como resultantes do confronto com o Outro, seja a partir de uma ótica espiritual, histórica ou psicanalítica.

Como podemos perceber, a variedade de temas é a pedra de toque do presente livro, isto é, funciona como a sua principal qualidade vez que, diante da extensão de temas possíveis dentro da Ciência Política a interdisciplinariedade, evidenciada não somente pelos temas, mas pelas áreas de atuação dos autores, é essencial para garantir a qualidade de qualquer discussão dentro da área. E mais, variedade esta que visa, sem sombra de dúvida, ao aprimoramento das instituições políticas brasileiras, aprimoramento que resulta na qualidade da nossa própria democracia.

Karoline Coelho de Andrade e Souza

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA: UM BALANÇO	
<a href="#">Gabriel Medeiros Chati</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2701916091</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>16</b>
A HETEROGENEIDADE DA POLÍTICA CULTURAL CONTEMPORÂNEA: AS MÚLTIPLAS FORMAS DE GESTÃO DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS PÚBLICOS	
<a href="#">Jackson Raymundo</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2701916092</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>26</b>
AÇÕES CULTURAIS EM MUSEUS PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE: PROJETO CONSTRUINDO	
<a href="#">Christiane Maria Castellen</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2701916093</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>42</b>
A CASA DA MEMÓRIA DA REDE FITOVIDA: ESTRATÉGIAS ASSOCIATIVAS DE GRUPOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE EM BUSCA DO <i>REGISTRO</i> DE PATRIMÔNIO IMATERIAL	
<a href="#">Lucieni de Menezes Simão</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2701916094</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>52</b>
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO NA REGIÃO FRONTEIRA NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL	
<a href="#">Ana Sabina Mantey</a>	
<a href="#">Edemar Rotta</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2701916095</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>65</b>
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): RETOMADA DO PROTAGONISMO DO ESTADO NA DEFINIÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO?	
<a href="#">Edemar Rotta</a>	
<a href="#">Carlos Nelson do Reis</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2701916096</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>79</b>
O CRÉDITO CONSIGNADO PARA APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS COMO POLÍTICA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2003 A 2008	
<a href="#">Ary Jorge Aguiar Nogueira</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2701916097</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>91</b>
ECONOMIA SOLIDÁRIA E INCENTIVO LEGISLATIVO À GERAÇÃO DE TRABALHO A PARTIR DO ASSOCIATIVISMO	
<a href="#">Adelcio Machado dos Santos</a>	
<a href="#">Evelyn Scapin</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2701916098</b>	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>103</b>
O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF) TENDO COMO REFERÊNCIA OS RELATÓRIOS DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)	
<a href="#">Susana Kelli Cabral de Aquino</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2701916099</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>115</b>
ATUAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE COMO POLÍTICA PÚBLICA NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	
<a href="#">Rúbian Corrêa Coutinho</a>	
<a href="#">Fabiana da Cunha Saddi</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.27019160910</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>129</b>
MÍDIA E DEMOCRACIA: RELAÇÕES DE PODER NA NARRATIVA JORNALÍSTICA SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO	
<a href="#">Denise Maria Mantovani</a>	
<a href="#">Renan da Silva Rodrigues Almeida</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.27019160911</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>141</b>
GÊNERO FINANCIADO: UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS E O DESEMPENHO ELEITORAL DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES DE 2014	
<a href="#">Maria Cecília Eduardo</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.27019160912</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>152</b>
O SENADO EM DUAS DÉCADAS: SOCIAL BACKGROUND DOS SENADORES ELEITOS ENTRE 1994 E 2014	
<a href="#">Alison Ribeiro Centeno</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.27019160913</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>164</b>
POLÍTICAS PARTIDÁRIAS DE CONFRONTAÇÃO NA ESFERA VIRTUAL: ANÁLISE DOS PERFIS DAS LIDERANÇAS DO PT E DO PSDB NO <i>FACEBOOK</i>	
<a href="#">Antonio Teixeira de Barros</a>	
<a href="#">Cristiane Brum Bernardes</a>	
<a href="#">Malena Rehbein Sathler</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.27019160914</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>177</b>
POSSESSÕES DEMONÍACAS EM MICHEL DE CERTEAU: ELABORAÇÕES IMAGINÁRIAS DO MALIGNO NO CONFRONTO COM A ALTERIDADE	
<a href="#">Larissa de Assis Pimenta Rodrigues</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.27019160915</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>189</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>190</b>



## A CASA DA MEMÓRIA DA REDE FITOVIDA: ESTRATÉGIAS ASSOCIATIVAS DE GRUPOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE EM BUSCA DO *REGISTRO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL*

### Lucieni de Menezes Simão

Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). Doutora em Antropologia pelo PPGA/UFF e pesquisadora colaboradora do Laboratório de Educação e Patrimônio Cultural (Laboep/UFF). lucieni.ms@gmail.com.

Este trabalho foi apresentado no X Seminário Internacional de Políticas Culturais da Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, em 7 de maio de 2019.

**RESUMO:** A Casa de Memória da Rede Fitovida é um centro de referência para os grupos comunitários de saúde articularem ações de salvaguarda sobre seus conhecimentos e práticas relacionados ao uso tradicional das plantas medicinais. Inaugurada em 2009, no município de Belford Roxo, foram realizados neste espaço oficinas de remédios caseiros; artesanato em jornal; curso de audiovisual para jovens, em parceria com a Secretaria Estadual de Cultura; feira da Cultura na Semana do Meio Ambiente, com oficinas e exposições. A Casa de

Memória, portanto, é a materialização de uma longa trajetória de articulação desses grupos na busca de reconhecimento dos saberes sobre usos terapêuticos de plantas medicinais como um Patrimônio Cultural Imaterial. Este trabalho busca historicizar a sua criação e analisar as atividades desenvolvidas neste espaço.

**PALAVRAS-CHAVE:** Casa da Memória, Patrimônio Imaterial, Salvaguarda, Rede Fitovida.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A PESQUISA

Em 2003, alguns integrantes de grupos comunitários de saúde localizados em diversas regiões do estado do Rio de Janeiro tiveram acesso às políticas públicas relacionadas à cultura e ao meio ambiente<sup>1</sup>. Naquele momento, essas pessoas viram a possibilidade de reconhecimento e valorização de suas práticas e começaram a buscar informações sobre as políticas do patrimônio imaterial e do patrimônio genético. Inicialmente, procuraram a Superintendência do IPHAN-RJ e o recém-

1 Trata-se do Decreto 3.551/2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem Patrimônio Cultural Brasileiro e da Medida Provisória 2.186-16/2001, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento a ele associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e a transferência de tecnologia para sua conservação e utilização. Esta MP foi revogada pela Lei 13.123/2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade.

criado Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI/IPHAN), em Brasília, que os orientaram a contatar o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), uma unidade recém-incorporada ao DPI/IPHAN.

O Centro havia iniciado um projeto de teste da metodologia do INRC<sup>2</sup>, denominado Celebrações e Saberes da Cultural Popular, começando o mapeamento de alguns elementos representativos do universo popular, testando o inventário de referências culturais e instruindo novos processos de *registro*. Quem coordenava as equipes de pesquisa do projeto era a antropóloga Leticia Viana, pessoa-chave nesses primeiros contatos, pois foi nela que estes representantes foram buscar apoio.

Articulados por uma rede de relações interpessoais, os grupos comunitários que compõem a Rede Fitovida e que são constituídos por mulheres, em sua maioria, se uniram com o objetivo de trocar experiências sobre os usos terapêuticos das plantas medicinais. Nesta caminhada, foram fortalecendo alguns princípios, ao mesmo tempo em que procuravam garantir o reconhecimento de seus saberes e práticas tradicionais de cuidados com a saúde. O marco da organização deveu-se ao mapeamento das experiências comunitárias de saúde em várias regiões do estado do Rio de Janeiro. Entre os anos de 2000 e 2003, esses grupos passaram a se encontrar em eventos com relativa regularidade anual.

Ao buscar o apoio do IPHAN, a comissão de representação da Rede Fitovida apresentava as motivações que levavam os integrantes do grupo à “busca pela cultura”: consideravam uma “saída” para a formalização de suas práticas sem terem que seguir os critérios adotados pela ANVISA e pelo Ministério da Saúde, que exigiam uma adequação de processos produtivos, o que não seria possível, pelas características dos grupos. A solução era procurar esse reconhecimento através das políticas culturais.

Leticia Viana acolheu bem a proposta dos integrantes da Rede e sugeriu que conversassem também com algumas pessoas ligadas à universidade para que obtivessem informações mais precisas sobre a abrangência desta política. Foi neste contexto que procuraram a professora Lygia Segala, do Laboratório de Educação e Patrimônio Cultural da UFF, o Laboep/FEUFF, e participaram durante um semestre de um curso de educação patrimonial na Faculdade de Educação (FEUFF). Na época, eu integrava o Laboep na qualidade de doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e iniciava meu estudo de caso sobre o primeiro processo de registro do patrimônio imaterial<sup>3</sup>, sob orientação da professora Lygia Segala. Foi assim que

---

2 O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é a metodologia adotada pelo Iphan para a produção e a sistematização do conhecimento sobre os bens culturais. O antropólogo Antônio Augusto Arantes foi o responsável pela elaboração do manual de aplicação do INRC, que é composto por extensos questionários e fichas de identificação, fichas de campo, de sítio e localidade e anexos. Não há a obrigatoriedade de seguir este manual, que pode ser disponibilizado pelo Iphan por meio de um Termo de Cooperação Técnica. Não obstante, observa-se que a maior parte das pesquisas conduzidas para a instrução técnica do Registro faz uso do INRC/Iphan. Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC: Manual de aplicação. Brasília: Minc/ Iphan/ DID, 2000.

3 SIMÃO, Lucieni de M. **A Semântica do Intangível**. Um estudo sobre o *registro* do ofício das paneleiras de Goiabeiras. Rio de Janeiro: Gramma, 2016.

me aproximei destes grupos e passei a participar de seus encontros e reuniões. Portanto, este trabalho se inscreve numa relação de pesquisa de longa duração, que acompanha, mesmo que de maneira descontínua, a articulação dos grupos em questão em torno da finalidade de concluir o processo de *autoinventariamento* sobre seus saberes e práticas tradicionais. Vale observar que esta é a única experiência de *autoinventariamento*, ou seja, de levantamento, identificação e documentação de práticas culturais feita exclusivamente pelos detentores, até o presente momento.

Para o CNFCP, o inventário da Rede Fitovida se inseria em uma proposta de teste da metodologia do INRC. Não era um projeto tocado por aquele órgão da cultura, como os demais sobre as Celebrações e Saberes da Cultura Popular, apesar de ter tido o acompanhamento técnico de pesquisadores da casa. Mas era também considerado um experimento novo, pela sua ousada proposta de *autoinventariamento*.

Para a comissão de articulação da Rede Fitovida, o processo de *autoinventariamento* sistematizaria as informações dispersas e traria conhecimento para seus integrantes. Estes pesquisadores-detentores se depararam com as categorias sociológicas do INRC e com os extensos questionários e fichas de identificação sobre bens e demais procedimentos de pesquisa de campo, que poderiam, a princípio, ajudá-los na sistematização dos dados; no entanto, toda esta metodologia estava muito distante de suas práticas cotidianas o que veio a demandar uma intermediação para ajudá-los, como se demonstrará adiante.

## O INVENTÁRIO DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS DA REDE FITOVIDA

Com a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre a Rede Fitovida e o IPHAN, em novembro de 2004, iniciou-se um processo de levantamento, identificação e documentação do “uso tradicional das plantas medicinais dos grupos comunitários do Estado do Rio de Janeiro”. Nesta primeira aproximação com a temática da saúde e do meio ambiente, nas reuniões com os antropólogos do Centro Nacional, debatia-se muito qual seria o recorte daquele inventário: seriam os grupos articulados em rede, seriam os produtos, seriam as plantas medicinais? A princípio, buscava-se um elo que pudesse unir esta a outras experiências com plantas medicinais. Não se tinha claro, ainda, o que recortar neste vasto campo de investigação. Sabe-se, contudo, que

“Tais práticas integram um conjunto de saberes transmitidos através da oralidade e que, até então, permaneceram dispersos por diversos segmentos da sociedade fluminense, concentrando-se, sobretudo, entre as camadas populares” (INRC, 2008, p. 1)

Como tratava-se de um projeto independente e autossuficiente, os recursos para a sua consecução deveriam ser obtidos via Lei de Incentivo à Cultura. Com o patrocínio da Petrobrás Cultural, a primeira etapa do projeto de realização do inventário foi concluída em dezembro de 2007, e apresentou os levantamentos preliminares do inventário, com o preenchimento dos seguintes documentos: fichas de sítio e

localidade; anexos bibliográfico, audiovisual, lista de contatos e de bens culturais e relatório das atividades. Também resultaram, como produtos finais, uma cartilha, um CD-Rom, folhetos e banners com detalhes do projeto: havia ali a identificação dos bens culturais, a identificação das guardiãs dos saberes tradicionais e algumas das receitas consagradas. Em maio de 2008 todo material desta primeira fase foi entregue ao IPHAN, com um relatório analítico e descritivo da íntegra do processo.

Segundo a antropóloga Mariana Leal Rodrigues (2013, p. 26), a Rede Fitovida busca “garantir a preservação de suas práticas com base na construção de uma identidade coletiva e na reivindicação de que seus saberes sejam reconhecidos como patrimônio cultural imaterial”. Mais do que o preenchimento de fichas, o processo iniciado com o autoinventariamento desencadeou um processo de busca identitária. Além disso, produziu um acervo riquíssimo de depoimentos, fotos, “modos de fazer” remédios caseiros, saberes e práticas majoritariamente femininos relacionados aos usos das plantas medicinais e cuidados com a saúde. Muitas das integrantes da Rede são reconhecidas, hoje, como referências culturais e agentes do conhecimento tradicional e se referem às suas mães e avós como as grandes conhecedoras das plantas medicinais. Seus depoimentos se inscrevem, portanto, na tradição. Para Rodrigues, o termo “tradição” é central. O “resgate da tradição” é uma explicação recorrente nos relatos destes atores (2013, p. 30).

Outro ponto para o qual Rodrigues chama a atenção em sua tese de doutorado são os termos e categorias nativas cunhados pela Rede:

Em 2005, quando iniciei minha pesquisa de mestrado, os detentores do conhecimento tradicional eram tidos como “guardiões da tradição”. No decorrer do trabalho [de doutorado], em 2012, acompanhei o processo de consulta e de votação dos nomes oficiais que estabeleceriam quem são os integrantes da Rede e o que fazem. Os termos escolhidos – “agentes do conhecimento tradicional” e “produtos naturais de plantas medicinais” – como a criação de um novo vocabulário, parte do processo de construção de uma identidade coletiva (RODRIGUES, 2013, p. 26)

A Rede Fitovida se constituiu com “a missão de ser articuladora dos grupos que fazem o trabalho comunitário através do uso tradicional das plantas medicinais e remédios caseiros, tendo como meta garantir a identidade e autonomia desses grupos” (INRC, 2008). Portanto, com a apresentação e sistematização do Inventário a partir da socialização do conhecimento produzido pela equipe de pesquisadores populares da Rede, e principalmente com a documentação das “referências culturais”, através dos depoimentos da Cartilha “Resgate da vida através de nossas raízes”<sup>4</sup>, ficou claro que o papel da Rede Fitovida havia mudado. Se antes tinha o papel de articuladora para manter a identidade e autonomia dos grupos detentores de saberes, agora passou a ser também guardiã desses conhecimentos (INRC, 2008, p. 35)

---

4 Segundo a Cartilha da Rede Fitovida (REDE FITOVIDA, s.d.), são eles: Abel Severino Silva, Cremilda Graça França, Doralina Ereno, Hermínio Botelho Cordeiro, Hilda da Silva Vieira, Iraci Pereira dos Santos, Israel Ferreira Guimarães, Lídia Calisto da Silva, Jamil Gomes, Jorgina Alves de Queiróz, Maria da Consolação Macedo Messias, Maria de Lourdes Nascimento, Maria José Toledo de Oliveira, Maria Matilde de Jesus Santos, Maria Vicentina Maciel Gomes e Terezinha de Assis Freitas.

Mariana Rodrigues lembra, ainda, que essas pessoas de referência da Fitovida são consideradas detentoras das “raízes” e são o foco predileto das ações de registro fotográfico e audiovisual que a própria Rede realiza ou sugere. Elas são solicitadas a narrar suas histórias de vida, os casos de cura com plantas medicinais, os ensinamentos obtidos com os pais e avós. Assim, o inventário voltou-se para o registro de entrevistas e atividades das principais referências culturais da Rede (2013, p. 88).

## **A CASA DA MEMÓRIA DA REDE FITOVIDA**

Com o objetivo de acessar políticas públicas por meio de editais, a Rede Fitovida passou a constituir uma associação sem fins lucrativos, a Associação de Amigos da Rede Fitovida, com CNPJ, sede própria, diretoria, conselho fiscal e toda a estrutura institucional de uma organização não governamental. Com isso, conquistou financiamento para um novo projeto: a Casa de Memória da Rede Fitovida, um ponto estadual de cultura, aprovado a partir de um edital da Secretaria Estadual de Cultura e inaugurada em 2009, no município de Belford Roxo. A Casa é um centro de referência para grupos comunitários de saúde articularem ações de salvaguarda sobre seus conhecimentos e práticas relacionados ao uso das plantas medicinais, além de ser o local de guarda de todo este acervo de cerca de 14 anos de autoinventariamento. Constitui, portanto, a materialização de uma longa trajetória de articulação desses grupos na busca de reconhecimento dos saberes sobre usos terapêuticos de plantas medicinais como um Patrimônio Cultural Imaterial.

O Ponto de Cultura Casa da Memória da Rede Fitovida está situado no segundo andar do prédio onde funciona no térreo uma Unidade de Saúde Referência de DST/HIV da Secretaria Municipal de Saúde de Belford Roxo (INRC, 2018). No prédio vizinho funciona o posto de Saúde do Bairro de Santa Maria, com consultórios médicos, laboratório, farmácia, secretaria e auditório. Todo o terreno pertence à Mitra Diocesana de Nova Iguaçu e está cedida em Regime de Comodato para a Secretaria Municipal de Saúde de Belford Roxo. Somente a parte do segundo piso do edifício onde funciona a Unidade de DST/HIV é que está em comodato com a Rede Fitovida. Lá funcionam uma pequena biblioteca; uma cozinha comunitária; uma sala administrativa, com computador e armários; dois banheiros e uma sala multimídia, onde ocorrem debates, exibição de vídeos e oficinas. Nas paredes foi montada uma exposição fotográfica permanente, com as pessoas que são referência da rede e a história dos grupos. No térreo, assim que entramos pelo portão, encontra-se uma pequena horta de plantas medicinais, hoje desativada por problemas de obras com a vizinha Unidade de Saúde.

A gestão do Ponto de Cultura Casa da Memória da Rede Fitovida é realizada pela Comissão Estadual, com suporte de Grupos da Região Baixada que realizam as Oficinas, Reuniões e Assembleias da Rede, Feiras de Saúde, visitas marcadas de estudantes, entre outras atividades. A Casa de Memória, portanto, é a materialização



de uma longa trajetória de articulação de grupos na busca de reconhecimento de saberes sobre usos terapêuticos de plantas medicinais como um Patrimônio Cultural Imaterial.

Em março de 2009 começou a reforma e organização do espaço, seguido pela limpeza e o recebimento de doações. Em outubro daquele mesmo ano, após encerramento do Encontro da Partilha em Santa Maria, na paróquia N. Sra. De Fátima, onde se localiza o Projeto Grão de Mostarda, foi organizada uma visita dos participantes da rede à Casa da Memória, onde foi feita uma inauguração simbólica com rezas e cantos (INRC, 2018).

A demora na liberação do recebimento da primeira parcela do projeto, disponível somente em março de 2010, atrasou o início das atividades no espaço. Para tanto, era necessário contratar um profissional para auxiliar no registro audiovisual, um arte educador e um agente cultural para envolverem, sobretudo, um público em formação, como estudantes da rede pública local. Assumindo a importância na divulgação e comunicação, a confecção de materiais tais como folder, boletim Fitoteia, banner e livretos com os depoimentos das “referências” e receitas compartilhadas pelos “agentes do conhecimento tradicional” passaram a fazer circular o conhecimento e a troca.

No primeiro semestre de 2010, foram realizadas oficinas itinerantes das regiões Metropolitana, Sul Norte Fluminense, Serrana, Baixada, São Gonçalo e Costa Verde como preparação ao V Encontro Estadual da Rede Fitovida. Nas oficinas foram debatidos os temas Cultura, Tradição, Conhecimentos Tradicionais e Ciência Moderna. (Cartilha Casa da Memória, s/d, p. 6).

Mariana Rodrigues retoma essas oficinas, etnografando as dinâmicas ocorridas nos encontros.

Ao longo de 2010, os grupos realizaram reuniões prévias regionais para responder a seguinte pergunta: “O que queremos lembrar com a Casa de Memória da Rede Fitovida” [...] Essas sínteses revelam o desejo de reconhecimento das atividades praticadas pelos grupos a partir da criação de um espaço físico de uso público, ou seja, a forma escolhida para “resgatar”, “preservar” e “valorizar” bens intangíveis, o “conhecimento tradicional sobre plantas medicinais” e os “saberes populares” (RODRIGUES, 2013, p. 81)

Em 2011, foram realizadas oficinas de remédios caseiros; artesanato em jornal; curso de audiovisual para os jovens, em parceria com a Secretaria Estadual de Cultura; feira da Cultura na Semana do Meio Ambiente, com oficinas e exposições. Em 2012, com o recurso advindo do Prêmio Ponto de Memória, foram realizadas atividades no espaço da Casa da Memória, como a realização da Feira da Cultura, com oficinas de remédios caseiros, debates e exposições de artesanato. Houve apresentação de bandas, hip hop, capoeira e ala das baianas da Escola de Samba Inocentes de Belford Roxo. Na feira, também, teve a participação do cacique Kuati, com venda de artesanato e depoimentos sobre a cultura do povo Pataxó do Sul da Bahia. Durante a Missa pela Saúde, na celebração de abertura do evento, Kuati fez também uma bênção especial para os presentes (INRC, 2018)

Entre os anos de 2013 a 2018 foram realizadas oficinas de remédios caseiros, de doces caseiros, além de organizadas outras edições da Feira de Cultura e Saúde na Semana do Meio Ambiente. Em todos os ambientes da Casa da Memória estão afixadas nas paredes fotos das *referências culturais*, que fazem parte da exposição permanente do acervo do inventário da Rede (INRC, 2018)

Esse “lugar de memória” para os grupos articulados na Rede é norteado por princípios comuns que reafirmam o papel de agentes fomentadores e articuladores em prol da medicina popular, da tradição das avós e “guardiães de um saber”, que identifica, classifica as plantas medicinais e seus usos como remédios caseiros.

No início da articulação desses grupos em rede, em 2000, não havia a preocupação de estabelecer uma sede. Os materiais produzidos para os encontros e os folhetos informativos eram guardados nas casas de pessoas-chave, geralmente os membros da comissão de articulação constituída desde o primeiro encontro dos grupos.

O voluntariado, compreendido como doação, é central às atividades da Rede Fitovida. A continuidade do processo de registro conduzido pela própria Rede Fitovida reforça ainda mais o papel dos sujeitos enquanto detentores de saberes, voluntários comprometidos com a sua transmissão. (RODRIGUES, 2013, p. 89)

Durante o Convênio alguns integrantes se comprometeram com a gestão do projeto, que incluiu uma série de ações de comunicação e de acompanhamento das atividades realizadas em oficinas, encontros e palestras. Em certo sentido, ganhou uma perspectiva adicional de conscientizar a população sobre a importância deste lugar de guarda do acervo, bem como sobre a relevância das pessoas de referências da rede e de seus princípios. Existe ali um grande acervo audiovisual dessas guardiãs da memória e contadoras de histórias sobre o conhecimento sobre as plantas, seus poderes curativos, de imagens e representações sobre cuidados básicos sobre a saúde, ações e registro escrito que muito pode contribuir para o inventário. (INRC, 2018)

Como parte do projeto, foi elaborada uma cartilha sobre a Casa da Memória – detalhando as atividades de 2010 e 2011 – desde oficinas itinerantes a atividades do ponto de cultura em si e com receitas de xarope, pomada e chás.

Os projetos de registro e preservação de patrimônio imaterial propostos pela Rede Fitovida demonstram amplamente a apropriação dos termos técnicos “patrimônio imaterial” e “saberes tradicionais”. O uso como categorias nativas de ambos os termos, que dizem respeito a um campo de conhecimento, é parte de uma estratégia de afirmação identitária para legitimar práticas consideradas marginais pela medicina científica. (RODRIGUES, 2013, p. 86)

Sobre as narrativas e representações que seus integrantes fazem da Casa da Memória, separamos aquelas destacadas na ficha de Identificação de Lugares do INRC 2018.

“É o Espaço de Valorizar o trabalho daquilo que é vivenciado, praticado, com a experiência de cada um, da tradicional cultura das plantas, que além de práticas curativas inclui sentimentos, valores e ideias. O conhecimento popular: os sabores e as práticas vivenciadas pelo grupo. Para que cada um possa reconhecer esses

saberes em sua própria família e ajudar a transmiti-los”.

“É o Espaço de Preservar os nossos conhecimentos, nossas raízes de origem africana, indígena e europeia, e a tradição oral tão presente no dia a dia com a família. É um saber que permite um fazer, uma ação na sociedade, beneficiando, curando, transformando. ”

“É o Espaço para Transmitir os nossos conhecimentos através de trocas. A troca que faz valer um aprendizado constante, a arte e a técnica de fazer remédios caseiros, o conhecimento das plantas medicinais, as receitas, as músicas, as benzedadeiras, as rezadeiras, as parteiras, a horta medicinal. Para que as pessoas possam conhecer e identificar a forma de transmitir. ”

“É o Espaço de Registrar nossos conhecimentos para poder pôr em prática e divulgar, para que no futuro outras pessoas possam experimentar parte da cultura brasileira”.

“É o Espaço de Motivar a nova geração sobre a cultura do uso tradicional das plantas medicinais fazendo um intercâmbio do saber entre as pessoas de todas as idades, possibilitando o acesso às informações” (INRC, 2018).

Tais depoimentos inserem-se no que Rodrigues (2013) denominou de “circulação de saberes e de objetos”. E estes “objetos” são fundamentais para operar essa passagem; os remédios das vovós, antes distribuídos “nos fundos das igrejas”, agora representam um patrimônio cultural e, também um conhecimento tradicional associado, ligado ao patrimônio genético, de acordo com a lei 13.123/2015.

Desde que teve início a realização do INRC com o Iphan, a Rede contatou o Departamento de Patrimônio Genético do Ministério do Meio Ambiente e, com base nessa interação, passou a integrar o Comitê Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos, limitado ao papel de espectador, como representante da população do bioma Mata Atlântica. Passaram a se respaldar em outras políticas públicas relativas ao uso de plantas medicinais, no âmbito do Ministério da Saúde, como a Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos (PNPMF) e o Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos, que reconhece o papel do conhecimento tradicional e de mecanismos de salvaguarda como o INRC.

Para além das políticas culturais, a PNPMF dá respaldo às atividades da Rede Fitovida, principalmente as diretrizes 10 e 12; por outro, esta legislação pode ser percebida como um mecanismo legal voltado para o setor industrial.

Segundo Palmira Ribeiro (2014), os segmentos populares esperavam dessas políticas voltadas para a saúde resoluções retificadoras de acusações de charlatanismo que pesavam sobre os seus membros. Contudo, o que se observa é que

“a participação popular na fitoterapia do SUS não aparece de forma direta no Programa, sendo indicada ora como parte da cadeia produtiva, no que tange a agricultura familiar, ora como ‘outros grupos envolvidos’ que necessitam de cursos de capacitação para participarem da cadeia produtiva e na produção dos produtos” (RIBEIRO, 2014, p. 76)

A PNPMF reconhece o papel do conhecimento tradicional e até mesmo de

seus mecanismos de salvaguarda como o INRC, mas ao mesmo tempo ressalta em seus objetivos “garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional” (Brasil, 2006). “Acesso seguro” e “uso racional” querem dizer que não está descartada a necessidade de que evidências científicas comprovem os efeitos terapêuticos das plantas medicinais e que seu uso não pode ser somente referendado pela tradição. É preciso ressaltar que a PNPMF e a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares – PNPIC (Brasil, 2006) foi elaborada para definir de que maneira essas práticas de cuidado devem ser utilizadas na Atenção Primária à Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Ainda que critérios como segurança, qualidade e eficácia sejam características fundamentais para a promoção do cuidado com a saúde e o uso esteja restrito às formas complementares e integrativas, tais políticas reconhecem o papel dos saberes populares sobre plantas medicinais no autocuidado e estimulam seu uso, sobretudo na Estratégia Saúde da Família (ESF). Vale destacar um aspecto que merece atenção que, para a Rede Fitovida, a possibilidade de interação com as políticas públicas de saúde não tenha avançado. Muitos integrantes dos grupos são agentes comunitários de saúde, que não só conhecem, mas também atuam na ESF. Vale ressaltar que, estando a Casa da Memória da Rede Fitovida, em Belford Roxo, localizada no mesmo endereço onde funcionam Unidades Básicas de Saúde, o estreitamento das relações ainda se dê de maneira tão problemática. Há ainda muito debate e controvérsia sobre como a interação com as políticas públicas de saúde, cultura e meio ambiente podem se concretizar em mecanismos de proteção do conhecimento tradicional.

## REFERÊNCIAS

FITOVIDA. **Resgate da vida através de nossas raízes.** s/d.

FITOVIDA. **Ponto de Cultura Casa da Memória.** Tecendo o nosso dia-a-dia. s/d

NOGUEIRA, Suzana; CORREA, Rômulo; SILVA, Viviane R. da. **Sementes:** agentes do conhecimento tradicional da Rede Fitovida. Rio de Janeiro: Ed. Publit, 2013.

RIBEIRO, Palmira Margarida. **Práticas de cura popular:** uso de plantas medicinais e fitoterapia no Ponto de Cultura “Os Tesouros da Terra” e na Rede Fitovida da Região Serrana. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde), Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, 2014.

RODRIGUES, Mariana Leal. **Mulheres da Rede Fitovida:** ervas medicinais, envelhecimento e associativismo. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. **Folhas e curas em imagens:** circulação de conhecimento no Rio de Janeiro e na Paraíba. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

SIMÃO, Lucieni de M. **A Semântica do Intangível**. Um estudo sobre o Registro do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras. Rio de Janeiro: Ed. Gramma, 2016.

\_\_\_\_\_. Política e gestão do Patrimônio Cultural Imaterial: ações e práticas de salvaguarda voltadas para o protagonismo social. **Revista Antropolítica**, n. 39, p. 218-247, 2º sem. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica, Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: *atitude de ampliação de acesso***. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

FITOVIDA. Relatório Analítico do Inventário Nacional de Referências Culturais da Rede Fitovida, 2008

FITOVIDA. Relatório Analítico do Inventário Nacional de Referências Culturais da Rede Fitovida, 2018

IPHAN. **Decreto n. 3.551 de 04 de agosto de 2000**. In: O Registro do Patrimônio Imaterial – Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial. 4. ed. Brasília: MinC/ IPHAN, 2006.

\_\_\_\_\_. **Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC**: Manual de aplicação. Brasília: MINC/ IPHAN/ DID, 2000.



## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**KAROLINE COELHO DE ANDRADE E SOUZA** é professora de Direito no Centro Universitário do Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU), pesquisadora do LABTESP - Laboratório de Pesquisa Interdisciplinar em Teoria Social/Teoria Política e Pós-Estruturalismo, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa e advogada inscrita na OAB/PR n. 77.135. É especialista em Filosofia e Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), e mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Possui interesse na pesquisa dos seguintes temas: democracia, direitos humanos, Estado Democrático de Direito, direito penal, segurança pública, filosofia política, teoria social contemporânea e pós-estruturalismo. Acesso ao currículo: <http://lattes.cnpq.br/3843800393382466>.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Aposentados 79, 80, 83, 84, 85, 86, 88, 191

Assistência Social 28, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 191

### C

Casa da Memória 42, 46, 47, 48, 50, 191

Combate à exclusão social 92, 98, 191

Constituição Federal 4, 15, 28, 55, 96, 104, 116, 118, 191

Cultura 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 55, 82, 94, 104, 106, 120, 132, 140, 173, 175, 177, 179, 184, 191

### D

Democracia 3, 5, 18, 56, 92, 100, 102, 129, 140, 150, 151, 166, 175, 189, 191

Desenvolvimento 3, 4, 6, 14, 15, 19, 20, 26, 29, 30, 31, 33, 36, 41, 50, 52, 53, 54, 58, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 91, 92, 99, 102, 105, 106, 110, 111, 116, 122, 123, 142, 191

Desenvolvimento Social 30, 63, 91, 191

Desigualdades 30, 56, 67, 69, 71, 77, 92, 95, 101, 120, 129, 131, 132, 133, 134, 139, 140, 191

Desigualdades Interseccionais 129, 191

Direitos Culturais 7, 16, 17, 23, 191

### E

Eleições 66, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 152, 154, 160, 162, 183, 191

Estado 1, 4, 5, 6, 8, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 31, 36, 40, 42, 43, 44, 50, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 61, 63, 65, 66, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 90, 91, 92, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 106, 117, 118, 120, 122, 123, 124, 125, 137, 139, 142, 144, 150, 177, 182, 184, 185, 189, 191

### F

Financiamento público da cultura 1, 191

### G

Gênero 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 148, 149, 150, 151, 191

Gestão Democrática 91, 191

## I

Incentivo à Cultura 1, 8, 9, 15, 44, 191  
Inclusão Econômica 92, 191  
Inclusão Sociocultural 26, 27, 30, 31, 37, 39, 191  
Interdisciplinaridade 177, 186, 191  
Internet 27, 117, 124, 130, 164, 168, 173, 175, 176, 191

## L

Lei Maria da Penha 115, 118, 119, 121, 125, 126, 127, 191  
Lideranças Partidárias 168, 191

## M

Mecanismos de proteção 50, 191  
Mercado 1, 5, 6, 8, 23, 65, 68, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 79, 80, 86, 88, 92, 93, 136, 138, 191  
Mídia 82, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 137, 138, 139, 140, 168, 169, 173, 174, 175, 191

## N

Neoliberalismo 77, 191  
Novas práticas sociais 38, 191

## P

Partidos Políticos 141, 142, 144, 147, 148, 149, 151, 152, 163, 164, 165, 176, 191  
Patrimônio imaterial 42, 43, 48, 51, 191  
Planejamento 3, 60, 61, 65, 68, 69, 72, 74, 77, 78, 81, 96, 106, 111, 191  
Poder público 9, 17, 18, 20, 21, 36, 92, 120, 122, 191  
Política cultural 1, 2, 3, 4, 6, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 191  
Política pública preventiva 115, 117, 125, 191  
Políticas públicas 1, 2, 3, 7, 15, 17, 28, 39, 42, 46, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 61, 62, 65, 66, 68, 70, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 88, 89, 91, 92, 98, 99, 101, 102, 104, 105, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 125, 126, 127, 191  
Prática social 53, 106, 191

## R

Recrutamento político 152, 154  
Redes sociais 111, 112, 164, 166, 170, 171, 172, 173, 174, 176  
Relações de poder 33, 119, 129, 131, 133, 137, 139  
Renda 4, 5, 14, 17, 19, 22, 27, 67, 69, 70, 71, 72, 77, 89, 91, 92, 93, 94, 98, 99, 100, 102, 134, 149

## T

Tomada de decisão 103, 105, 107, 141

Trabalho 1, 2, 3, 8, 12, 13, 19, 20, 26, 28, 32, 33, 37, 42, 44, 45, 48, 51, 54, 59, 61, 63, 66, 67, 68, 79, 80, 81, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 102, 105, 107, 108, 111, 115, 117, 120, 122, 123, 126, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 145, 147, 154, 156, 165, 167, 172, 176

Trabalho doméstico 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140

## V

Violência de gênero 115, 120, 121, 122, 126, 127

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-627-0



9 788572 476270